

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de R\$)

ATIVO	Exercício 2009	Exercício 2008	PASSIVO
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>581</u>	<u>1.296</u>	EXIGÍVEL OPERACION
			Programa Previdencial
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>682.109</u>	<u>634.276</u>	Programa Administrativo
Programa Previdencial	31.537	37.302	Programa de Investimer
Programa Administrativo	53	49	
Programa de Investimentos	650.519	596.925	EXIGÍVEL CONTINGEN
Renda Fixa	539.344	556.387	Programa Previdencial
Renda Variável	67.550	6.731	
Investimentos Imobiliários	25.844	17.332	EXIGÍVEL ATUARIAL
Operações c/ Participantes	17.781	16.475	PROVISÕES MATEMÁTI
			Benefícios Concedidos
<u>PERMANENTE</u>	1.160	<u>693</u>	Benefícios a Conceder
Imobilizado	872	665	(-) Prov. Matem. a Cons
Diferido	288	28	
			RESERVAS E FUNDOS
			EQUILÍBRIO TÉCNICO
			Resultados Realizados
			Resultados à Realizar
			FUNDOS
			Programa Previdencial
			Programa Assistencial
			Programa Administrative
			Programa de Investimer
TOTAL DO ATIVO	683.850	636.265	TOTAL DO PASSIVO

		ares de R\$)
PASSIVO	Exercício 2009	Exercício 2008
EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>3.303</u>	<u>3.111</u>
Programa Previdencial	2.370	2.381
Programa Administrativo	471	279
Programa de Investimento	462	451
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	<u>237</u>	<u>210</u>
Programa Previdencial	237	210
EXIGÍVEL ATUARIAL	<u>580.457</u>	<u>531.302</u>
PROVISÕES MATEMÁTICAS	580.457	531.302
Benefícios Concedidos	364.759	326.964
Benefícios a Conceder	215.698	204.338
(-) Prov. Matem. a Constituir	0	0
RESERVAS E FUNDOS	99.853	101.642
EQUILÍBRIO TÉCNICO	44.830	0
Resultados Realizados	44.830	0
Resultados à Realizar	0	0
FUNDOS	55.023	101.642
Programa Previdencial	53.793	99.157
Programa Assistencial	0	0
Programa Administrativo	1.160	2.357
Programa de Investimento	70	128
TOTAL DO PASSIVO	683.850	636.265

André Bolonha Fiuza de Mello Diretor Presidente CPF Nº. 060.121.322-04 João Bosco Maciel Moraes Filho Contador CRC MT-011135/0-2 "S" SP



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE EXERCÍCIO

(Em milhares de R\$)

	(EIII IIIIIIIIIII			
	DESCRIÇÃO	Exercício 2009	Exercício 2008	
	PROGRAMA PREVIDENCIAL	<u>o</u>	<u>o</u>	
(+) (-) (-/+) (-) (+/-) (-/+) (-/+) (+/-) (=)	Recursos Coletados Recursos Utilizados Constituições/Reversões de Contingências Custeio Administrativo Resultados dos Investimentos Previdenciais Constituições/Reversões de Provisões Atuariais Constituições/Reversões de Fundos Operações Transitórias Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	18.657 -44.171 -11 -784 74.931 -49.156 45.365 0	20.374 -44.753 -434 -354 52.803 -40.482 12.846 0	
	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	<u>0</u>	<u>o</u>	
(+) (+) (-) (+/-) (+/-) (+/-) (=)	Recursos Oriundos de Outros Programas Receitas Despesas Constituições/Reversões de Contingências Resultados dos Investimentos Administrativos Operações Transitórias Constituições (Reversões) de Fundos	2.200 1.671 -5.136 0 67 0 1.198	1.697 1.379 -4.858 -105 266 0 1.621	
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	<u>0</u>	<u>0</u>	
(+/-) (+/-) (+/-) (+/-) (+/-) (+/-) (-) (+/-) (+/-) (=)	Renda Fixa Renda Variável Investimentos Imobiliários Operações com Participantes Relacionados com o Disponível Relacionados com Tributos Custeio Administrativo Resultados Recebidos/Transferidos de Outros Programas Operações Transitórias Constituições (Reversões) de Fundos	61.361 11.097 1.865 2.193 -160 0 -1.416 -74.998 0	60.287 -13.941 5.297 2.918 -147 0 -1.343 -53.070 0 -1	

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente CPF Nº. 060.121.322-04 João Bosco Maciel Moraes Filho Contador

CRC MT-011135/0-2 "S" SP



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS

(Em milhares de R\$)

(Em milhares de				
DESCRIÇÃO	Exercício 2009	Exercício 2008		
PROGRAMA PREVIDENCIAL	-19.745	<u>-21.210</u>		
ENTRADAS	24.525	24.316		
Recursos Coletados	18.657	20.374		
Recursos a Receber	5.853	3.969		
Recursos Futuros	-1	-27		
Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	-		
Constituições/Reversões de Contingências	16	-		
SAÍDAS	-44.270	-45.526		
Recursos Utilizados	-44.171	-44.753		
Utilizações a Pagar	353	146		
	-4	45		
	-448	-565		
Constituições/Reversões de Contingências	-	-399		
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	<u>-3.742</u>	<u>-3.424</u>		
ENTRADAS	1.671	1.379		
Receitas	1.671	1.379		
Receitas a Receber	-	-		
Receitas Futuras	-	-		
Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	-		
Constituições/Reversões de Contingências	-	-		
SAÍDAS	-5.413	-4.803		
Despesas	-5.136	-4.858		
Despesas a Pagar	192	3		
Despesas Futuras	3	-12		
Permanente	-466	178		
Outros Realizáveis/Exigibilidades	-6	-10		
Constituições/Reversões de Contingências	-	-104		
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	<u>22.773</u>	<u>24.662</u>		
Renda Fixa	78.403	-25.982		
Renda Variável	-49.724	45.425		
Investimentos Imobiliários	-6.702	3.317		
Operações com Participantes	963	2.049		
Relacionados com o Disponível	-167	-147		
Relacionados com Tributos	-	-		
Constituições/Reversões de Contingências	-	-		
FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	<u>-714</u>	<u>28</u>		
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	<u>-714</u>	<u>28</u>		
	PROGRAMA PREVIDENCIAL ENTRADAS Recursos Coletados Recursos a Receber Recursos Futuros Outros Realizáveis/Exigibilidades Constituições/Reversões de Contingências SAÍDAS Recursos Utilizados Utilizações a Pagar Utilizações Futuras Outros Realizáveis/Exigibilidades Constituições/Reversões de Contingências PROGRAMA ADMINISTRATIVO ENTRADAS Receitas Receitas Receber Receitas Futuras Outros Realizáveis/Exigibilidades Constituições/Reversões de Contingências SAÍDAS Despesas Despesas Pagar Despesas Puturas Permanente Outros Realizáveis/Exigibilidades Constituições/Reversões de Contingências PROGRAMA DE INVESTIMENTOS Renda Fixa Renda Variável Investimentos Imobiliários Operações com Participantes Relacionados com o Disponível Relacionados com Tributos Constituições/Reversões de Contingências	PROGRAMA PREVIDENCIAL -19.745 ENTRADAS 24.525 Recursos Coletados 18.657 Recursos a Receber 5.853 Recursos Futuros -1 Outros Realizáveis/Exigibilidades -1 Constituições/Reversões de Contingências 16 SAÍDAS -44.270 Recursos Utilizados -44.171 Utilizações a Pagar 353 Utilizações Futuras -4 Outros Realizáveis/Exigibilidades -448 Constituições/Reversões de Contingências -3.742 PROGRAMA ADMINISTRATIVO -3.742 ENTRADAS 1.671 Receitas Receber - Receitas Futuras - Outros Realizáveis/Exigibilidades - Constituições/Reversões de Contingências -5.413 Despesas a Pagar 192 Despesas Futuras 3 Permanente -466 Outros Realizáveis/Exigibilidades -6 Constituições/Reversões de Contingências -7 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 22.773 <t< td=""></t<>		

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente CPF nº 060.121.322-04 João Bosco Maciel Moraes Filho

Contador CRC: MT-011135/0-2 SSP



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Características e Finalidades

A **REDEPREV** - Fundação Rede de Previdência, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividade em **02 de Fevereiro de 2004**, conforme Portaria nº 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

Foi instituída pela fusão de 3 fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a **PREVIMAT** - Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT; a **FUNGRAPA** - Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social; a **FUNREDE**— Fundação Rede de Seguridade; e tem como patrocinadora as seguintes empresas:

Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT;

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA;

Empresa Elétrica Bragantina S.A.;

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;

Companhia Nacional de Energia Elétrica;

CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.;

Rede Energia S/A;

Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Companhia Força e Luz do Oeste;

Tocantins Energética S.A.;

ELUCID Solutions S.A.;

DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.;

BBPM Participações S.A.

Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.;

Rede Comercializadora de Energia S.A.;

Rede Power do Brasil S.A.;

ENERSUL- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A.;

REDEPREV - Fundação Rede de Previdência.



Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal:

Instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das Patrocinadoras e da própria Fundação, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos mantenedores beneficiários, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de parte desses recursos em investimentos. É regida pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, através da Secretaria de Previdência Complementar - SPC e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Informações do cenário brasileiro e rentabilidade da Fundação

O ano de 2009 foi marcado por uma recuperação generalizada dos preços de todos os ativos, principalmente para o mercado financeiro brasileiro. Presenciamos uma grande redução nas taxas de juros, assim como, uma diminuição dos prêmios dos títulos de crédito, além de uma apreciação cambial de 25,5% do real em relação do dólar. Para a bolsa de valores o cenário foi o mesmo, com as economias domésticas dos países emergentes em recuperação, somado a uma liquidez mundial expressiva em decorrência de políticas expansionistas dos bancos centrais. Neste ambiente o Ibovespa teve uma entrada líquida de capital estrangeiro de R\$ 20 bilhões, que impulsionou uma alta de 82,66%.

A rentabilidade patrimonial média consolidada dos planos de benefícios previdenciários administrados pela REDEPREV, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 13,19% no exercício passado. A referida taxa, descontada a meta atuarial de 10,19% (INPC + 6% até agosto/09 e INPC + 5,5% de setembro a dezembro/09), traduziu-se em uma taxa de rentabilidade real líquida de 2,72%, ficando acima da referida meta.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas, de forma comparativa com o mesmo período do exercício anterior e foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis aplicáveis para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e estabelecidas pelas normas expedidas pelo Ministério de Previdência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar e do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.



Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela fundação são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar, que divergem das práticas contábeis previstas na legislação societária quanto a: (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo "Ativo Realizável", (III) o "Ativo Permanente" abrange somente os bens utilizados na operação da Fundação, (IV) o grupo "Provisões Matemáticas" representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Fundação junto aos seus participantes, (V) a demonstração de resultados representa de forma analítica os resultados líquidos apurados em cada segmento e (VI) a demonstração dos fluxos financeiros apresenta as entradas e saídas dos recursos da Fundação.

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A escrituração contábil de todas as operações obedece à planificação de contas padrão em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar. O atual modelo de plano de contas padrão foi instituído pela Resolução CGPC n.º 05, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 10, de 05 de julho de 2002.

As principais práticas adotadas pela Fundação são resumidas a seguir:

- a) Os saldos das contas do balanço foram mantidos pelos seus montantes atualizados até a data do balanço e em milhares de reais
- b) Os balancetes mensais são elaborados por Plano de Benefícios, por Operações Comuns, por Operações Administrativas e Consolidado.
- c) As receitas e despesas, que correspondem aos recursos coletados e utilizados, as rendas (variações positivas) e as deduções (variações negativas), inclusive as contribuições de autopatrocinados são registradas segundo o regime de competência. Alem disso, os componentes da demonstração de resultados são ajustados e complementados quanto aos encargos referentes a depreciação, que são apurados em registros auxiliares de acordo com a legislação em vigor.
- d) Os saldos do fluxo financeiro são derivados das movimentações ocorridas nos respectivos Programas Previdencial, Administrativo e de Investimentos.
 - c.1) Nos Programas Previdencial e Administrativo as entrados e saídas são apresentadas em separado e representam: "entradas" o ingresso de recursos provenientes dos recebimentos de contribuições previdenciais e administrativas "saídas" os pagamentos por conta das despesas previdenciais e administrativas, respetivamente.
 - c.2) No Programa de Investimento as entradas e saídas são apresentadas por subgrupo e os valores "positivos" representam o ingressos líquidos de recursos oriundos de operações de resgates, e os valores "negativos" as saídas líquidas de recursos oriundos de operações de compras.
- e) Os títulos prefixados/posfixados são registrados por ocasião de sua aplicação, acrescidos dos rendimentos apropriados pró-rata dia até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado.



- f) As operações com participantes (Empréstimos e Financiamentos) são avaliadas pelo custo, acrescidas de correção monetária e juros.
- g) Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. As construções são depreciadas pelo método linear às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação.
- h) Através da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e do Ofício Circular n.º 7/SPC/GAB, da Secretaria da Previdência Complementar, de 8 de julho de 1996, foi eliminado o sistema de correção monetária de balanço.
- i) A migração de recursos entre os programas é feita, unicamente, através de um grupo de contas de resultado denominado "Transferências Interprogramas".

NOTA 4 – PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

4.1 - REALIZÁVEL - PROGRAMA PREVIDENCIAL

Registra os recursos a receber referente às contribuições previdenciais dos participantes, patrocinadoras e autopatrocinados normais ou extraordinárias, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições contratadas com patrocinadoras, suportadas por contrato, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	31/12/2009	31/12/2008
PROGRAMA PREVIDENCIAL	31.537	37.302
1. Recursos a Receber	31.428	37.282
1.1 Contribuições Normais do Mês	1.271	954
1.2 Contribuições Normais em Atraso	1	2
1.3 Contribuições Extraordinárias do Mês	0	0
1.4 Contribuições Sobre 13.º Salário	175	53
1.5 Contribuições Contratadas	29.968	36.257
1.6 Outros Recursos a receber	13	16
2. Utilizações Futuras	3	0
3. Outros Realizáveis	106	20



4.1.1 - CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS - Operações com Patrocinadora

Trata-se de contratos celebrados junto as patrocinadoras referentes a transações e valores de déficits atuariais de exercícios anteriores, contribuições não repassadas e/ou custos de serviços do passado e em conformidade com a legislação vigente. A seguir, apresentamos a composição consolidadas das Contribuições Contratadas, por Plano de Benefícios:

PATROCINADORA	PLANO DE BENEFICIOS	31/12/2009	31/12/2008	
Contribuições em Atraso C	ontratadas	4.950	7.534	
CELPA - (a)	Plano CELPA BDI	2.846	4.332	
CELPA - (a)	Plano CELPA BDII	1.509	2.296	
CELPA - (a)	Plano de Benefícios R	29	45	
CELPA - (a)	Plano CELPA OP	566	861	
Serviços Passados Contrata	dos	24.267	27.472	
CEMAT – (b)	Plano CEMAT BDI	8.133	9.207	
CEMAT – (b)	Plano CEMAT OP	16.134	18.265	
Déficit Técnico Contratado		750	1.251	
CEMAT – (b)	Plano de Benefícios R	750	1.251	
Total das Contribuições Co	ntratadas	29.967	36.257	

a) Patrocinadora CELPA

Em junho de 1996, foi concretizado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a extinta **FUNGRAPA** e a CELPA, consolidando dívidas em R\$ MIL 12.726 (Doze Milhões Setecentos e Vinte e Seis Mil). O saldo da dívida é acrescido de atualização monetária pela variação anual do INPC-IBGE e de encargos financeiros de 0,5% a.m.. O prazo final de vencimento é 30 de junho de 2011. A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008	
Saldo Anterior	7.534	9.543	
(-) Recebimentos	(3.147)	(2.955)	
(+) Atualização Monetária e Juros	563	946	
Saldo Final	4.950	7.534	
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	18	30	



Como garantia para os pagamentos das parcelas remanescentes, a patrocinadora CEMAT entregou/vinculou os créditos que forem feitos à sua conta arrecadação, provenientes das receitas próprias decorrentes da arrecadação de contas de energia elétricas, até o montante suficiente para pagamento das parcelas mensal e encargos devidos em cada vencimento.

b) Patrocinadora CEMAT

Déficit Técnico dos Planos BDI e Plano CEMAT Optativo

Em janeiro de 2003 foi celebrado o contrato junto a Patrocinadora no valor de R\$ MIL 23.239 (Vinte e Três Milhões, Duzentos e Trinta e Nove Mil), com previsão de pagamento em 132 (cento e trinta e duas) prestações mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente pelo INPC do IBGE e juros reais equivalentes a 6% ao ano. Em junho de 2004, o pagamento das parcelas foram suspensos, retornando a partir de junho de 2006. A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008	
Saldo Anterior	27.472	29.012	
(-) Recebimentos	(5.813)	(5.212)	
(+) Atualização Monetária e Juros	2.608	3.672	
Saldo Final	24.267	27.472	
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	48	60	

Déficit Técnico do Plano CEMAT R

No dia 18 de Julho de 2006, foi assinado um novo aditivo onde a Patrocinadora CEMAT se responsabilizou pelo Déficit Técnico apurado no Plano CEMAT R, no valor de R\$ MIL 2.500 (Dois Milhões, Quinhentos Mil) sendo a primeira prestação paga em Julho de 2006. A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Saldo Anterior	1.251	1.750
(-) Recebimentos	(672)	(639)
(+) Atualização Monetária e Juros	171	140
Saldo Final	750	1.251
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	18	30



Como garantia para os pagamentos das parcelas remanescentes, a patrocinadora CEMAT entregou/vinculou os créditos que forem feitos à sua conta arrecadação, provenientes das receitas próprias decorrentes da arrecadação de contas de energia elétricas, até o montante suficiente para pagamento das parcelas mensal e encargos devidos em cada vencimento.

4.2 - REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores da Fundação: títulos de renda fixa e de renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes e a estrutura da gestão dos investimentos está dividida em:

- UNIFUNDO para as aplicações financeiras dos recursos garantidores nas modalidades em "Renda Fixa" e "Renda Variável" que caracteriza uma gestão compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos dos planos de benefícios; e
- MULTIFUNDO para as aplicações financeiras dos recursos garantidores nas modalidades em Imóveis e Empréstimos Financeiros a Participantes que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2009, com o comparativo do exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2009	31/12/2008
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	650.518	596.925
1. Renda Fixa	539.344	556.387
1.1. Títulos responsabilidade Governo Federal	191.856	180.180
Notas do Tesouro Nacional	191.856	180.180
1.2. Aplicações em Instituições Financeiras	253.469	350.594
Certificado de Depósito Bancário	128.577	173.857
Quotas de Fundos de Investimentos	124.892	176.737
1.3. Títulos de Empresa	94.019	25.613
Debêntures Não Conversíveis	94.019	25.613
2. Renda Variável	67.550	6.731
2.1. Mercado a Vista	233	220
2.2. Fundo de Investimentos em Ações	67.317	6.511
3. Investimentos Imobiliários	25.843	17.332
3.1. Edificações	25.543	16.432
3.2. Participações	0	0
3.3. Direitos alienações de Inv.Imobiliários	300	900
4. Operações com Participantes	17.781	16.475
4.1. Empréstimos	17.781	16.475

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria



"Títulos para Negociação" e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício, conforme a Resoluções nº 04, de 30 de Janeiro de 2002, nº 08 de junho de 2002, e nº 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2009			31.12.2008	
DESCRIÇÃO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
Títulos Públicos Federais	147.069	191.856	147.069	180.180	
NTN	147.069	191.856	147.069	180.180	
Títulos Privados	217.268	222.596	194.143	199.470	
CDB	123.634	128.577	170.799	173.857	
Debêntures não Conversíveis	93.634	94.019	23.344	25.613	
TOTAL	364.337	414.452	341.212	379.650	

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresentamos a composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos, segregada em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

Exercício de 2009

Título	<u>Natureza</u>	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
RENDA FIXA		212.521	326.808	539.329
Títulos Públicos Federais			191.856	191.856
NTN – Notas do Tesouro Nacional	Pública		191.856	191.856
Instituições Financeiras		207.976	45.478	253.454
CDB – Certificado do Deposito Bancário	Privada	90.792	37.786	128.578
DPGE - Depósitos a Prazo com Garantia Especial	Privada		7.692	7.692
Fundos de Investimentos	Privada	117.184		117.184
Título	<u>Natureza</u>	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Títulos de Empresa		4.545	89.474	94.019



Debêntures não Conversíveis	Privada	4.545	89.474	94.019
RENDA VARIAVEL		67.550		67.550
Mercado a Vista	Privada	233		233
Fundo de Investimentos em Ações	Privada	67.317		67.317
TOTAL		280.071	326.808	606.879

• Exercício de 2008

Título	<u>Natureza</u>	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
RENDA FIXA		350.594	205.793	556.387
Títulos Públicos Federais			180.180	180.180
NTN – Notas do Tesouro Nacional	Pública		180.180	180.180
Instituições Financeiras		350.594		350.594
CDB – Certificado do Deposito Bancário	Privada	173.857		173.857
Fundos de Investimentos	Privada	176.737		176.737
Títulos de Empresa			25.613	25.613
Debêntures não Conversíveis	Privada		25.613	25.613
RENDA VARIAVEL		6.731		6.731
Mercado a Vista	Privada	220		220
Fundo de Investimentos em Ações	Privada	6.511		6.511
TOTAL		357.325	205,793	563.118



4.2.1 – RENDA FIXA

Registra as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas, são lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e títulos privados (emitidos por instituições financeiras ou por empresas), é registrado com base no valor efetivamente pago na aquisição dos títulos e/ou cotas observando-se o critério "pro rata temporis".

4.2.1.1 – PROVISÕES PARA PERDAS

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos no valor R\$ MIL 10.352 (Dez Milhões, Trezentos e Cinquenta e Dois Mil) (Posição 12/11/2004). Este Banco em 12 de Novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central. No exercício corrente, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial da instituição financeira, e a REDEPREV de acordo com a Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30 de Janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 05 de Julho de 2002, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ MIL 13.019 (Treze Milhões, Dezenove Mil) que equivale a 100% do total desta operação.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos S.A, massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ MIL 20 até atingir o valor total do investimento, considerando o aplicador individual.

4.2.2 – RENDA VARIÁVEL

Registra operações de compra e venda de determinada quantidade de ações para liquidação imediata, são contabilizadas pelo custo da aquisição, acrescidos das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, e são avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação média do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores em que tenha havido maior volume de negócios.

4.2.3 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora.

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:



Descrição	Nota	31.12.2009	31.12.2008
Bragança Paulista – SP		5.255	5.329
Terreno		1.745	1.745
Edificações		3.510	3.584
São Paulo – SP Conjunto nº 101	a.1)	1.224	3.501
Terreno	u.1)	446	
Edificações		778	
São Paulo – SP Conjunto nº 111	a.2)	826	
Terreno		265	
Edificações		561	
São Paulo – SP Conjunto nº 112	a.2)	826	
Terreno		265	
Edificações		561	
São Paulo – SP Conjunto nº 121	a.1)	1.110	
Terreno		401	
Edificações		710	
São Paulo – SP Conjunto nº 122	a.3)	831	
Terreno		300	
Edificações		531	
São Paulo - SP Conjunto nº 131	a.1)	1.338	
Terreno		531	
Edificações		807	
São Paulo – SP Conjunto nº 132	a.1)	1.281	
Terreno		488	
Edificações		793	
São Paulo – SP Conjunto nº 141	a.3)	924	
Terreno		320	
Edificações		604	
São Paulo – SP Conjunto nº 142	a.3)	929	
Terreno		338	
Edificações		591	
Araguaína – TO		1.451	1.467
Terreno		986	986
Edificações		465	481
Belém – PA		9.115	9.270
Terreno		2.124	2.124
Edificações		6.991	7.146
Valores a Receber		433	365



- a.1) Aquisição em 12 de Novembro de 2009 da pessoa física Sra. Lilia Klabin Levine, os conjuntos nº 101, 121, 131 e 132 com área útil de 303,00 m² cada conjunto, acrescidos de suas respectivas garagens, no Edifício Eloy Chaves, localizado na Av. Paulista, 2439, São Paulo-SP, pago através de transferência bancária no valor de R\$ MIL 4.800 (Quatro Milhões, Oitocentos Mil).
- a.2) Aquisição em 12 de Novembro de 2009 da empresa Crisli Participações LTDA, os conjuntos nº 111 e 112 com área útil de 303,00 m² cada conjunto, acrescidos de suas respectivas garagens, no Edifício Eloy Chaves, localizado na Av. Paulista, 2439, São Paulo-SP, pago através de transferência bancária no valor de R\$ MIL 1.600 (Um Milhão, Seiscentos Mil).
- a.3) Aquisição em 12 de Novembro de 2009 da empresa Esli Participações S/A, os conjuntos nº 122, 141 e 142 com área útil de 303,00 m² cada conjunto, acrescidos de suas respectivas garagens, no Edifício Eloy Chaves, localizado na Av. Paulista, 2439, São Paulo-SP, pago através de transferência bancária no valor de R\$ MIL 2.600 (Um Milhão, Seiscentos Mil).

b) Participações – Shopping Center

Refere-se a venda da participação da REDEPREV de 4% do Castanheira Shopping Center, localizado a BR-316, km 01, Bairro de Castanheiras, cidade de Belém, para a empresa Líder Empreendimentos e Participações no valor de R\$ MIL 2.000 (Dois Milhões) sendo pago uma entrada de R\$ MIL 200 (Duzentos Mil) no mês de Junho de 2007, e um total de 06 (Seis) prestações no ano de 2007 ficando para serem pagos 30 (Trinta) prestações de R\$ MIL 50 (Cinqüenta Mil) cada uma reajustada mensalmente pela variação do IGPM.

A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Saldo Anterior	900	1.500
(-) Recebimentos	(694)	(673)
(+) Atualização Monetária e Juros	94	73
Saldo Final	300	900
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	6	18

4.2.4 Operações com Participantes

Registra-se nesta conta todo empréstimo liberado aos participantes: ativos, assistidos, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para usufruir deste benefício o participante /colaborador das patrocinadoras deverá ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos, ter no mínimo 06 (seis) meses de vínculo empregatício com a patrocinadora e estar inscrito a pelo menos 06 (seis) meses no Plano de Benefício.

4.3 – ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos "Imobilizado" e "Diferido" (Intagível) e refere-se a bens



duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/ amortização, segundo método linear, obedecidas às taxas constantes da Resolução MPAS/CGPC nº 05, 30 de janeiro de 2002. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

Descrição	Taxa	31/12/2009	31/12/2008
Imobilizado		872	665
Terrenos		445	249
Edificações	2%	187	150
Móveis e Utensílios	10%	100	113
Maquinas e Equipamentos	10% - 25%	32	40
Veículos	20%	27	35
Computadores e Periféricos	20%	69	66
Direito de Uso de Telefone		12	12
Diferido		288	28
Software	20%	288	28
PERMANENTE		1.160	693

A Fundação possui 01(um) imóvel situado na Praça Justo Chermont, 64, Bairro Nazaré, Belém PA, o qual foi adquirido com recursos do Fundo Administrativo. Conforme determina a legislação, o mesmo foi reavaliado por perito habilitado no exercício corrente de 2009 e o seu efeito foi registro no resultado do Programa Administrativo, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Contábil	Reavaliação	Mais Valia
Terrenos	249	445	196
Edificações	150	193	43
Total	399	638	239



4.4 - EXIGIVEL OPERACIONAL - PROGRAMA PREVIDÊNCIAL

São registradas as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, autofinanciados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações.

ITEM	31/12/2009	31/12/2008
PROGRAMA PREVIDENCIAL	2.370	2.381
1.1 Utilização à pagar	1.695	1.342
1.2 Recursos Futuros	0	1
1.3 Outras Exigibilidades	675	1.037

4.5 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROCESSOS JUDICIAIS

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de exparticipantes, para que lhes sejam pagas diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos "expurgados", quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança, por ocasião dos respectivos desligamentos.

A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos foi estimada e atualizada pela administração e está amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos legais externos e totaliza em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ MIL 237 (duzentos e trinta e sete mil) e em 31 de de dezembro de 2008 o montante de R\$ Mil 210 (Duzentos e dez mil reais)

A referida provisão contempla a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destes processos, considerando também as custas judiciais, os honorários advocatícios e eventuais despesas com perícias.

4.6 - EXIGIVEL ATUARIAL

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuaria S/C Ltda – ETA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

DESCRIÇÃO	31/12/2009	31/12/2008
BENEFICIOS CONCEDIDOS	364.759	326.964
Benefícios do Plano	364.759	326.964
BENEFICIOS A CONCEDER	215.698	204.337
Benefícios do Plano com a Geração Atual	218.208	207.886
* Contribuição Definida	200.889	188.125
* Benefício Definido	17.319	19.761
(-) Outras contribuições com Geração Atual	(2.510)	(3.549)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0



TOTAL DO EXIGIVEL ATUARIAL	580.457	531.302

- Benefícios Concedidos são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de assistidos, que foi reavaliada em Dezembro de 2009, com dados cadastrais de Novembro de 2009.
- Benefícios a Conceder são atualizados mensalmente pelas informações cadastrais da massa de ativo, e reavaliadas em Dezembro de 2009, com dados cadastrais de Novembro de 2009.

4.7 – RESERVAS E FUNDOS

A seguir apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

DESCRIÇÃO	31/12/2009	31/12/2008
RESERVAS E FUNDOS	99.853	101.642
Reserva de Contingência	44.831	0
Fundo Previdencial	53.792	99.157
Fundo Previdencial	13.127	15.622
Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco	40.665	83.535
Fundo Administrativo	1.160	2.357
Fundo de Investimentos	70	128

4.7.1 - Superávit Técnico Acumulado

Superávit Acumulado - O superávit técnico acumulado está composto por Reserva de Contingência, sendo constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do total das provisões matemáticas.

4.7.2 - Fundos Previdências

Correspondem aos seguintes fundos:

- a) Fundo Previdencial Conforme Artigo 37 do Regulamento do Plano CEMAT Optativo, Artigo 39 do Regulamento do Plano CELPA Optativo e Plano ELETRICAS Optativo, os saldos remanescentes nas contas dos Fundos B2 e D, em razão de cancelamento de inscrição do Participante Contribuinte, serão utilizados para à constituição de um Fundo Previdenciário para prioritariamente cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas ou outro fim que não contrarie a legislação vigente.
- b) Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas do Programa Previdencial e sob a responsabilidade do atuário.

4.7.3 - Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as despesas, receitas e transferência entre



programas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro.

4.7.4 – Fundo de Investimentos

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autofinanciados, sob a taxa de 0,3% sobre os empréstimos concedidos.

NOTA 5 – TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

O critério utilizado pela Fundação nas transferências interprogramas está de acordo com a Resolução MPAS nº 5, de 30 de Janeiro de 2002, transferindo os resultados por meio de transferências de recursos, de cobrança e de repasses entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas.

Nos programas previdencial e de investimentos o item custeio administrativo reflete as importâncias transferidas para a cobertura do respectivo custo de operacionalização de cada atividade. O programa previdencial transfere o seu custeio com base em percentual determinado pelo Atuário em Plano Anual de Custeio e o valor cobrado a título de taxa administrativa dos Autofinanciados.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2009, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 0,40% sobre a folha de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As transferências do resultado líquido do Programa de Investimentos para os Programas Previdencial e Administrativo são efetuadas com base no rateio do referido resultado, proporcional ao patrimônio de cada programa.

NOTA 6 – FUNDO PREVIDENCIAL X CUSTEIO PLANO R (RISCO)

Através da Avaliação Atuarial que determina as necessidades financeiras dos Planos de Benefícios, e considerando o volume de recursos já provisionados no Fundo Previdencial – Cobertura de Oscilação de Riscos, formado pelas contribuições das Patrocinadoras não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em função de novas Pensões e/ou Invalidez ocorridas no ano, foi determinada cobrança da taxa de contribuição de 1% sobre a folha de salários para o Plano de Benefícios-R pelo período de 01/05/2009 a 30/04/2010.

O Fundo Previdenciário em 31/12/2009 atingiu o saldo de R\$ MIL 3.406 (Três Milhões, Quatrocentos e Seis Mil), como conseqüência haveria a necessidade do retorno das contribuições por parte das Patrocinadoras, conforme Plano de Custeio em vigor. No entanto, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da RedePrev que no decurso da vigência do Plano de Custeio para o período de 01/05/2009 à 30/04/2010, caso haja a exaustão do saldo do Fundo Previdencial para dar cobertura ao pagamento dos benefícios de Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte ou para a constituição da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos para as ocorrências de suplementação da aposentadoria por Invalidez e/ou Pensão por Morte, as Patrocinadoras farão, de imediato, a cobertura da insuficiência.

NOTA 7 – OUTRAS INFORMAÇÕES



7.1 – AGENTE CUSTODIANTE

A Fundação tem como contratado o Itaú CTVM - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 57 da Resolução nº 3.456/07 do Conselho Monetário Nacional.

7.2 - NOVO PLANO DE CONTAS

Os novos procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), aprovados pela Resolução CGPC n° 28, de 26 de janeiro de 2010 e regulamentado pela Instrução Normativa MPS/SPC N° 34 de setembro de 2009 entrará em vigor a partir de 1° janeiro de 2010.

Umas das diretrizes estabelecidas para o novo plano de contas, vai permitir o aumento da visibilidade e transparência das operações, com foco maior nos planos de benefícios, além de proporcionar informações precisas e simplificadas para os participantes das EFPC's. A Resolução também busca alinhar a contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Completar às normas internacionais.

7.3 MUDANÇA DO SISTEMA INTEGRADO PARA FUNDO DE PENSÃO

A Fundação contratou as empresas AMADEUS SOFTWARES DE PREVIDÊNCIA E SAÚDE LTDA e a DRIVE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, para implantação de sistema informatizado integrado, cujo objetivo é aprimorar os controles e funcionalidades operacionais dos processos relacionados às atividades de cadastro de participantes, concessão e pagamento de benefícios e empréstimos, tesouraria, contabilidade e investimentos, proporcionando aos colaboradores e gestores melhores condições operacionais e informações com qualidade para tomada de decisão. O sistema possibilita também, o acesso dos participantes, via internet, à simulação de empréstimos e benefícios, atualização de dados cadastrais além de outras informações de seu interesse. A implantação teve início em agosto de 2009 e sua conclusão está prevista para maio de 2010.

* * *

André Bolonha Fiuza de Mello Diretor Presidente CPF n°. 060.121.322-04 João Bosco Maciel de Moraes Filho Contador

CRC MT-011135/O-1 SSP



SAX SLAVIC AUDITORES INDEPENDENTES Rua Xavier de Toledo 183 Sala 53 CEP 09010-130 - Santo André/ SP www.saxauditores.com.br Tel. 11 2986 2755 Fax. 11 2896 2752

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores, participantes e patrocinadores da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência Bragança Paulista - SP

- Examinamos o balanço patrimonial da REDEPREV Fundação Rede de Previdência, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REDEPREV Fundação Rede de Previdência, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que estão sendo apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 13 de fevereiro de 2009.

Santo André, 12 de março de 2010.

Alexandre Ralf Slavic

Sócio-diretor

CRC 1SP207032/O-5

SAX Slavic Auditores Independentes

CRC 2SP024845